

Nova frente de investigação

Promotoria de Defesa do Consumidor abre inquérito para apurar denúncias de propaganda enganosa realizada por empresa que emitia diplomas sem validade



Na fachada da loja, o Instituto Latino-Americano de Línguas informa que o supletivo é reconhecido pelo MEC

» GUILHERME GOULART

O Instituto Latino-Americano de Línguas (Ilal) sofrerá investigação em duas frentes pelo Ministério Público do Distrito Federal (MPDF). Depois da Promotoria de Defesa da Educação (Proeduc), chegou a vez de a Promotoria de Defesa do Consumidor (Prodecon) instaurar inquérito para apurar denúncias de irregularidades nas cinco unidades da escola na capital do país. Ela é suspeita de envolvimento em esquema de venda e emissão de históricos escolares e certificados de conclusão de ensino médio sem autorização da Secretaria de Educação.

Enquanto a Proeduc fica por conta da apuração de oferecimento ilegal de supletivos e da farra de documentos sem valor, a Prodecon se aprofunda nos indícios de propaganda voltada para induzir o consumidor ao erro ([leia quadro](#)). O material informativo e pinturas nas fachadas do Ilal, por exemplo, chamam a atenção para credenciamento no Ministério da Educação (MEC). "Estou preocupado com a publicidade enganosa e abusiva. Isso é crime e tem de ser apurado", afirmou o promotor Guilherme Fernandes, da Prodecon.

Fernandes abriu a investigação ontem à tarde, logo depois de receber do Instituto de Defesa do Consumidor (Procon) sete reclamações de pessoas atingidas pelas fraudes. A maioria das vítimas ignorava que os documentos não tinham validade e agora está sob o risco de perder a vaga conquistada em universidades públicas e particulares da capital do país. O promotor também orienta pais e estudantes a procurar a Prodecon para encaminhar mais denúncias. "Os consumidores que se sentiram lesados devem nos procurar pessoalmente", explicou.

Punições

A opção por se manter o caso em duas promotorias ocorreu após encontro entre Fernandes e representantes da Proeduc. A promotoria especializada em educação abriu inquérito na última sexta-feira. As promotoras Jaqueline Gontijo e Márcia Rocha receberam das mãos da responsável pela Coordenação de Supervisão Institucional e Normas de Ensino (Cosine), Leila Pavanelli, documentos com informações e provas contra o Ilal. O órgão da Secretaria de Educação do DF descobriu as falhas da instituição, denunciadas com exclusividade pelo Correio.

Em ambas as frentes de apuração, os proprietários do Ilal podem sofrer punições que vão de multa a perda da atividade. Assim, não se descarta a possibilidade de as cinco unidades — a sede na Asa Sul, uma na Asa Norte, uma em Águas Claras e duas em Taguatinga — serem fechadas pelos órgãos de fiscalização do DF. Os donos do Ilal ainda não foram identificados pelo Ministério Público ou pelo Procon. Pais e estudantes revoltados com a situação têm acesso apenas a advogados. Assim como a imprensa.

As investigações

O caso Ilal será apurado em duas frentes no Ministério Público. Confira cada uma das atribuições:

» Promotoria de Defesa do Consumidor (Prodecon)
Ficará por conta da publicidade enganosa. Informativos, cartazes e pinturas feitas nas fachadas das unidades do Ilal no DF informam que os supletivos oferecidos e os certificados emitidos têm credenciais do Ministério da Educação (MEC). A promotoria ouvirá vítimas e recolherá os materiais que induziram centenas, talvez milhares, de pessoas ao erro.

» Promotoria de Defesa da Educação (Proeduc)
Investigará os oferecimentos de supletivo e a distribuição de declarações e certificados sem valor perante as autoridades locais de educação. O Ilal é acusado de emitir diplomas de conclusão de ensino médio, mas não tem autorização da Secretaria de Educação do DF. A promotoria também vai apurar denúncias de aprovações fraudulentas de menores de 18 anos pelo programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), em educação a distância. A prática é proibida pela Resolução nº 1, de 2009, do Conselho de Educação do Distrito Federal.

www.correobraziliense.com.br



Comente esta reportagem na versão publicada no site do Correio Braziliense